



SEÇÃO TEMÁTICA

**Vivências LGBTQIA+ na Educação Física: da educação básica ao ensino superior**

Deivid Leônicio Gomes da Costa, *Universidade Federal de Jataí*
Vivianne Oliveira Gomes, *Universidade Federal de Jataí*

Resumo. Este estudo teve como objetivo analisar as experiências de estudantes LGBTQIA+ nas aulas de Educação Física e a forma como a heteronormatividade se manifesta nesses contextos, desde a educação básica até o ensino superior. Realizou-se uma pesquisa qualitativa interpretativa com 24 estudantes LGBTQIA+ da Universidade Federal de Jataí, matriculados nos cursos de Psicologia, Educação Física e Letras. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas individuais, gravadas via Google Meet, e a análise seguiu os procedimentos da análise temática proposta por Braun e Clarke. Os resultados apontaram três dimensões centrais da exclusão: generificação das práticas corporais, homofobia institucionalizada e persistência de discriminação no ensino superior. Conclui-se que a Educação Física opera sob lógica heteronormativa excludente que marginaliza, silencia e exclui estudantes LGBTQIA+, sendo urgentes práticas pedagógicas inclusivas, discussões sistemáticas sobre diversidade sexual e de gênero nos currículos, e transformações estruturais na formação docente para garantir ambientes educacionais democráticos e respeitosos à diversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física. Estudantes LGBTQIA+. Heteronormatividade.



Introdução

O cenário educacional brasileiro apresenta indicadores preocupantes sobre a violência direcionada a estudantes LGBTQIA+. Dados da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) indicam que 73% desses(as) estudantes sofreram agressões verbais nas escolas brasileiras, enquanto 60% se sentiam inseguros(as) no ambiente escolar (ABGLT, 2016). Pesquisa mais recente confirma a persistência desse cenário: 90% dos(as) estudantes LGBTI+ sofreram agressão verbal em 2024, 86% se sentem inseguros(as) na instituição de ensino, e 47% faltaram pelo menos um dia por se sentirem inseguros(as) no ambiente escolar ou no caminho até ele (ALIANÇA NACIONAL LGBTI+, 2024). Investigações internacionais demonstram correlações entre estigma e discriminação escolar na Educação Física (Greenspan et al., 2019; Earnshaw et al., 2020).

A problemática se estende ao ensino superior. Levantamento do MEC aponta que 2,5 milhões de jovens estão fora da escola, sendo a discriminação uma das causas de abandono de estudantes LGBTQIA+ (Brasil, 2023). Informações do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, por meio do Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ObservaDH), corroboram essa realidade ao indicar que, em 2022, 11.120 pessoas LGBTQIA+ foram vítimas de violência motivada por orientação sexual ou identidade de gênero no Brasil, envolvendo violência psicológica, física e sexual (Brasil, 2022). Em Goiás, dados da Secretaria de Estado da Educação indicam aumento de 34% nas denúncias de discriminação nas escolas entre 2019-2021 (Goiás, 2022).

Embora existam estudos sobre a educação básica (Santos; Cerqueira-Santos, 2020) ou sobre o ensino superior (Novaes et al., 2024), o levantamento da produção científica sobre gênero e sexualidade na Educação Física, realizado por Gutierrez Sabatel et al. (2024), indica que a maioria das pesquisas focaliza etapas isoladas da escolarização. Essa lacuna investigativa é particularmente relevante quando se considera que as experiências de exclusão não se restringem a um único momento, mas constituem um *continuum* que marca diferentes etapas do percurso educacional. Este estudo emerge dessa lacuna investigativa, considerando também a experiência situada do pesquisador como homem cisgênero gay, negro, de baixa renda e filho de mãe solo do interior de Goiás, que vivenciou processos de exclusão no contexto

escolar, o que contribui para uma análise crítica e contextualizada do fenômeno.

Para compreender essas formas de violência, é necessário mobilizar algumas categorias teóricas centrais. A heteronormatividade pode ser entendida como um conjunto amplo de normas, discursos e práticas que estabelece a heterossexualidade e a cisgeneridade como referências universais e obrigatórias para a vida social. Mais do que simplesmente valorizar a heterossexualidade, ela opera como uma matriz de sentido que naturaliza determinadas orientações sexuais e expressões de gênero como legítimas e esperadas. Ao fazê-lo, produz hierarquias entre sujeitos e define quais corpos e identidades são autorizados, ou não, a ocupar certos espaços sociais (Butler, 2003; Miskolci, 2017).

O conceito, inicialmente desenvolvido por Britzman (1996), foi ampliado por teóricas e teóricos contemporâneos para abranger as múltiplas dimensões por meio das quais esse sistema opera no cotidiano. Butler (2003) oferece contribuição fundamental ao argumentar que não existe uma identidade de gênero fixa que anteceda sua expressão; ao contrário, é através das próprias expressões repetidas que essa identidade vai sendo construída e reforçada. A performatividade descreve o poder do discurso em criar e consolidar aquilo que nomeia, por meio da repetição constante de gestos e práticas corporais que conferem aparência de naturalidade ao que é, na verdade, construção social.

No Brasil, pesquisadores e pesquisadoras como Louro (2001), Colling (2018) e Junqueira (2009) têm analisado como a heteronormatividade se articula com outros marcadores sociais (classe, raça, religião), produzindo formas específicas e interseccionais de exclusão e violência. Essa perspectiva é particularmente relevante quando consideramos que 55% da população LGBTQIA+ no Brasil é negra ou parda (IBGE, 2023), demonstrando como racismo e LGBTfobia operam articulados na produção de vulnerabilidades específicas. No campo educacional, a heteronormatividade opera por meio de múltiplos dispositivos: invisibilização de outras formas de sexualidade e gênero nos currículos; patologização de identidades dissidentes; segregação espacial de corpos considerados desviantes; violência simbólica exercida por meio de piadas e exclusão; e naturalização de práticas segregadoras baseadas em pressupostos biologicistas sobre diferenças entre meninos e meninas.



Na Educação Física, esses mecanismos tornam-se particularmente evidentes, pois o corpo é território privilegiado de inscrição dessas normas. A disciplina mantém relação histórica com a produção de corpos dóceis e produtivos (Foucault, 1987), carregando heranças eugênicas e militaristas (Taborda de Oliveira, 2004; Elliott, 2016). Essa genealogia materializa-se através da generificação das práticas corporais: futebol e basquete direcionados aos meninos, ginástica, dança e vôlei às meninas, produzindo hierarquias que posicionam o masculino como ativo e forte, e o feminino como passivo e gracioso (Altmann et al., 2024).

A perspectiva *queer*, desenvolvida nos estudos culturais dos anos 1990, oferece ferramentas teóricas fundamentais para compreender e questionar esses processos de normatização. Mais do que apenas incluir diversidades, ela questiona a própria necessidade de classificação identitária e propõe estratégias de desestabilização das normalidades compulsórias (Sedgwick, 2007; Halberstam, 2011). Louro (2001) e Miskolci (2017) aplicam essa perspectiva para analisar como instituições escolares produzem sujeitos normais e anormais por meio de práticas cotidianas, currículos e organização espacial.

A violência dirigida a estudantes LGBTQIA+ nas escolas se manifesta por diferentes mecanismos de controle social. Essas agressões vão desde microviolências presentes no cotidiano, frequentemente mascaradas como “brincadeiras”, até episódios mais graves de violência física e psicológica. Dados da pesquisa nacional sobre *bullying* no ambiente educacional revelam que 34% dos estudantes LGBTI+ sofreram violências físicas nas instituições de ensino ao longo de 2024. Esse percentual é ainda mais elevado entre estudantes trans e travestis, chegando a 38%, sete pontos percentuais a mais em relação aos estudantes cisgênero (ALIANÇA NACIONAL LGBTI+, 2025). Além dessas agressões diretas, persiste uma violência de natureza institucional, que se evidencia na omissão de professores diante de práticas discriminatórias e na ausência de temas ligados à diversidade nos currículos.

Os impactos dessa violência são múltiplos e duradouros. Estudos longitudinais demonstram que jovens LGBTQIA+ que sofreram violência escolar apresentam maiores índices de depressão, ansiedade, ideação suicida e comprometimento acadêmico na vida adulta (Earnshaw et al., 2020; Toomey, Russell, 2016). A exclusão sistemática das aulas de

Educação Física pode gerar afastamento duradouro de práticas corporais e esportivas, comprometendo o desenvolvimento motor, a saúde física e a construção de relações sociais. Contudo, a perspectiva *queer* também indica possibilidades de resistência, uma vez que estudos apontam que a inclusão intencional de conteúdos relacionados à diversidade sexual e de gênero, articulada a processos de formação continuada crítica de docentes, mostra-se fundamental para a construção de ambientes escolares mais inclusivos e respeitosos (Santos Neto, 2021).

Diante desse cenário, emergem questões centrais: de que maneira estudantes LGBTQIA+ experienciaram sua sexualidade e identidade de gênero nas aulas de Educação Física? Como essas experiências influenciaram sua autoestima, seu bem-estar emocional e seu engajamento com os estudos? E como a heteronormatividade se expressa nos diferentes momentos da vida escolar?

Este artigo tem como objetivo geral analisar as experiências de estudantes LGBTQIA+ nas aulas de Educação Física durante a educação básica e investigar como a heteronormatividade persiste ou se transforma no contexto do ensino superior. Para atender ao objetivo geral do estudo, definiram-se os seguintes objetivos específicos: a) identificar as formas pelas quais a heteronormatividade se manifesta nas aulas de Educação Física ao longo da educação básica; b) analisar as experiências de discriminação e seus efeitos sobre a autoestima, o bem-estar emocional e o engajamento acadêmico de estudantes LGBTQIA+; e c) compreender as especificidades e permanências das práticas discriminatórias nos distintos níveis educacionais, articulando-as à lógica heteronormativa que atravessa os contextos escolares e universitários.

A relevância desta investigação justifica-se pelo ineditismo da abordagem longitudinal das experiências LGBTQIA+ na Educação Física e pela necessidade de subsidiar a formação docente e as políticas educacionais inclusivas. Ademais, a pesquisa adota a interseccionalidade como horizonte analítico, reconhecendo que as experiências de estudantes LGBTQIA+ são atravessadas por diferentes marcadores sociais, como raça, classe e regionalidade. Em contexto de retrocessos conservadores e ataques aos direitos de pessoas LGBTQIA+, torna-se fundamental produzir conhecimento que evidencie as violências vivenciadas e contribua para uma educação democrática e plural.



Metodologia

A pesquisa fundamentou-se em uma abordagem qualitativa de cunho interpretativo, orientada pelos princípios da pesquisa social crítica que buscam compreender fenômenos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos que os vivenciam (Denzin, Lincoln, 2018; Minayo, 2014). A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de acessar aspectos subjetivos das experiências de estudantes LGBTQIA+ nas aulas de Educação Física, considerando dimensões simbólicas, afetivas e relacionais que não podem ser capturadas por métodos quantitativos.

A pesquisa foi desenvolvida na Universidade Federal de Jataí (UFJ), instituição pública localizada na região sudoeste do estado de Goiás, contexto relevante para investigar experiências de estudantes LGBTQIA+ em região tradicionalmente conservadora. Participaram da pesquisa 24 estudantes que se autodeclararam LGBTQIA+, matriculados(as) em cursos de graduação da UFJ: 11 participantes do curso de Psicologia (45,8%), 7 do curso de Educação Física (29,2%) e 6 do curso de Letras – Português (25,0%). A seleção desses três cursos baseou-se em fundamentos teóricos e na realidade observada. Essas três áreas estabelecem diálogos naturais com questões de gênero e diversidade, costumam atrair estudantes interessados em discussões sociais e, de acordo com registros institucionais, reúnem um número expressivo de pessoas LGBTQIA+.

Os(as) participantes informaram pertencer a famílias de baixa e média-baixa renda, embora não tenham sido aplicados instrumentos padronizados de classificação socioeconômica, o que limita análises interseccionais mais aprofundadas sobre classe social. Os critérios de inclusão foram: a) ter idade igual ou superior a 18 anos; b) estar regularmente matriculado(a) em um dos cursos mencionados; c) identificar-se como pertencente à comunidade LGBTQIA+; e d) ter cursado a disciplina de Educação Física durante a educação básica.

A seleção dos(das) participantes foi realizada por meio de amostragem intencional por redes de contato, técnica adequada para populações de difícil acesso ou estigmatizadas (Vinuto, 2014). O número de participantes foi definido pelo critério de saturação teórica, atingida quando as últimas entrevistas não apresentaram novos elementos

significativos, identificada a partir da 20^a entrevista, sendo realizadas mais quatro para confirmação.

Para garantir o anonimato e a confidencialidade dos dados, os(as) participantes foram identificados(as) por meio de códigos alfanuméricos: Educa 1, Educa 2... para estudantes de Educação Física; Psi 1, Psi 2... para estudantes de Psicologia; e Let 1, Let 2... para estudantes de Letras. Todos os procedimentos éticos seguiram rigorosamente as diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 55627522.7.0000.0187). Após esclarecimento sobre os objetivos e procedimentos, todos(as) participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas individuais, que permitem escuta aprofundada das narrativas respeitando o tempo e singularidade de cada interlocutor(a) (Triviños, 1987). As entrevistas foram realizadas via *Google Meet*, com duração média de 45 minutos, e foram gravadas com autorização prévia. O roteiro semiestruturado continha 40 questões abertas, organizadas em quatro eixos temáticos: contexto escolar anterior à universidade; experiência no ensino superior; relações de gênero nas aulas de Educação Física; e vivência da sexualidade e situações de preconceito.

A análise das narrativas seguiu o modelo de análise temática proposto por Braun e Clarke (2006), estruturado em seis fases: familiarização com os dados, geração de códigos iniciais, busca por temas, revisão desses temas, sua definição e nomeação, e a produção do relatório final. O próprio pesquisador transcreveu todas as entrevistas na íntegra, preservando as expressões originais dos(as) participantes. Durante a codificação, foram identificados códigos descritivos que capturavam aspectos específicos ligados aos objetivos da pesquisa. Esses códigos foram então agrupados em categorias temáticas, tomando como critério a recorrência de sentidos e experiências compartilhadas entre os relatos.

O processo analítico gerou um conjunto de categorias temáticas. Vale esclarecer que este artigo representa um recorte de uma pesquisa mais ampla, desenvolvida em nível de mestrado, que originalmente identificou seis categorias. Aqui, optamos por apresentar três delas, focando em aspectos centrais da heteronormatividade e exclusão na



Educação Física: “Futebol para meninos e vôlei para as meninas: Generificação das Práticas Corporais”, que examina os processos de segregação por gênero nas atividades físicas e como essa divisão binária marginaliza estudantes LGBTQIA+ que não se encaixam nos padrões normativos de masculinidade e feminilidade; “Corpos invisibilizados e silenciados: Homofobia nas Aulas de Educação Física”, que analisa as diferentes manifestações da LGBTfobia especificamente nas aulas de Educação Física, englobando violência verbal, física, psicológica e institucional; e “Persistência e ruptura: LGBTfobia no ensino superior”, que investiga a persistência da discriminação no ambiente universitário, incluindo, para estudantes de Educação Física, as experiências nas aulas práticas e formação docente, e para todos os participantes, as vivências de inclusão ou exclusão no contexto acadêmico mais amplo. Para garantir o rigor metodológico, foram adotados critérios de qualidade propostos por Gomes (2016) e Minayo (2014): triangulação de perspectivas, validação junto aos(as) participantes e documentação detalhada dos procedimentos analíticos (Flick, 2009; Minayo, 2014).

Resultados e Discussão

A análise das narrativas mostrou múltiplas dimensões da heteronormatividade na Educação Física ao longo da trajetória educacional dos(as) participantes. As três categorias aqui apresentadas evidenciam processos de exclusão que se manifestam desde a educação básica até o ensino superior, bem como estratégias de resistência desenvolvidas pelos(as) estudantes. A seguir, discutimos cada categoria articulando os relatos empíricos com o referencial teórico.

“Futebol para meninos e vôlei para as meninas”: generificação das práticas corporais

Esta categoria emergiu das narrativas dos(as) participantes sobre as práticas de segregação por gênero vivenciadas durante as aulas de Educação Física na educação básica. A generificação das práticas corporais manifesta-se como um dispositivo de poder que opera por meio da naturalização de diferenças supostamente biológicas. Atividades que demandam força e agressividade são direcionadas aos meninos, enquanto às meninas restam práticas consideradas delicadas e que supostamente aguçam sua feminilidade (Altmann et al., 2024). Essa

distribuição desigual não é neutra: ela produz e reforça hierarquias de gênero que posicionam o masculino como ativo e dominante, e o feminino como passivo e subordinado.

Nos depoimentos, essa separação surge naturalizada e pouco questionada, mostrando como a heteronormatividade se sustenta por meio da naturalização de construções sociais, sendo reforçada por colegas e professores(as):

Meu sentimento das aulas práticas era sempre ruim, porque sempre era futebol para os meninos e vôlei para as meninas... Eu era taxado como “fresco” e muitos professores não tinham paciência, mandavam eu voltar pra sala (Let 4, homem cisgênero gay, branco).

Este relato mostra como a generificação compulsória produz exclusão e sofrimento para estudantes que não se identificam com as modalidades destinadas ao seu gênero. A experiência de Let 4 ilustra a situação vivenciada por esses(as) estudantes: rejeitados(as) nas atividades tradicionalmente masculinas por não performarem adequadamente a virilidade esperada, mas também não encontrando acolhimento nas modalidades consideradas femininas devido aos constrangimentos impostos pelas normas de gênero. O uso de termos depreciativos, como “fresco”, indica como a linguagem atua na construção e no reforço das hierarquias de gênero. Quando um(a) docente manda o(a) aluno(a) voltar para a sala, essa atitude funciona como uma expulsão simbólica, negando-lhe o direito de participar e aprender.

As narrativas também mostram como essa segregação se manifesta em contextos escolares atravessados por marcadores religiosos, intensificando os processos de controle e regulação dos corpos: “Meninas queriam jogar futebol e os meninos não deixavam, e também acontecia o contrário... Isso acontecia porque era uma escola religiosa (evangélica), eles achavam que separar meninos e meninas traria ordem” (Let 4, homem cisgênero gay, branco).

Esse relato ilustra como certas instituições religiosas podem intensificar a separação entre gêneros ao vincular atividades físicas a questões morais. A crença de que separar meninos e meninas preserva a ordem mostra como a heteronormatividade se sustenta em argumentos que tratam a convivência entre os gêneros como algo problemático ou



inadequado. Essa lógica naturaliza a separação, tornando mais difícil que as pessoas questionem sua real necessidade ou pertinência.

A religiosidade institucionalizada atua como um dispositivo de fortalecimento da heteronormatividade, produzindo formas específicas de controle dos corpos que incidem de modo particular sobre estudantes LGBTQIA+ em contextos escolares confessionais. A articulação entre religião de orientação conservadora e normas heteronormativas intensifica práticas de vigilância e segregação, revelando como distintos sistemas de opressão se combinam na produção de vulnerabilidades.

A hostilização de meninas que desejam participar de modalidades consideradas masculinas ilustra como a misoginia se articula com a heteronormatividade na produção de exclusões:

Já, isso aconteceu no ensino fundamental, tinha uma ou duas meninas que eram boas no futebol, mas não podiam participar com os meninos, tinha relia. Eles (os meninos) sempre tentavam diminuir elas, “elas vão atrapalhar, elas não vão conseguir, elas não conseguem acompanhar”. As meninas sempre eram hostilizadas (Psi 10, mulher cisgênero bissexual, parda, grifo nosso).

O depoimento de Psi 10 evidencia como meninas que transgridem as fronteiras de gênero enfrentam questionamentos sobre suas capacidades e competências. Os argumentos (“vão atrapalhar, não vão conseguir”) reproduzem estereótipos sexistas que posicionam as mulheres como naturalmente inferiores em atividades que demandam força ou habilidade técnica. Essa narrativa possibilita compreender a intersecção entre misoginia e LGBTfobia: meninas que performam masculinidade por meio do interesse por esportes socialmente classificados como “masculinos” vivenciam uma dupla estigmatização, tanto por ocuparem espaços tradicionalmente masculinos quanto pela suspeita de não conformidade às normas heterossexuais. Tal desqualificação sistemática atua como um mecanismo de preservação dos privilégios masculinos no campo esportivo, conforme apontam estudos recentes sobre desigualdades de gênero na prática esportiva (Altmann et al., 2024).

Alguns relatos também mostram como certos(as) estudantes desenvolvem estratégias de resistência e questionamento dessas práticas segregadoras:

Sempre separado, meninas com meninas, meninos com meninos... Seria bacana ser misto, mas muita coisa tinha que ser repensada, tipo uma criança trans ou homem afeminado, como vai se identificar com os grupos? Ser misto seria melhor, para não ter divisões (Psi 1, mulher cisgênero bissexual, branca).

O depoimento de Psi 1 traz reflexão crítica sobre limites da segregação por gênero, questionando a divisão binária e suas consequências para estudantes que escapam às normas. Ao propor práticas mistas, reconhece que é preciso repensar estruturas e metodologias, não apenas juntar meninos e meninas.

Alguns participantes identificaram modalidades que possibilitavam maior integração, como a queimada, que aparece como prática menos carregada de estereótipos de gênero, enquanto outros como Let 1 afirma que:

No fundamental 1 era separado, não tinha vez... Já no fundamental 2 era mesclado, eram várias atividades. No ensino médio acontecia vez ou outra do professor inventar de separar os meninos das meninas sem justificativa nenhuma (Let 1, homem trans, branco).

Let 1 demonstra como diferentes instituições adotam posturas distintas em relação à segregação de gênero. A comparação mostra que práticas inclusivas são possíveis e dependem das decisões pedagógicas docentes. A diversificação de atividades favorece a inclusão, enquanto a arbitrariedade da separação revela práticas mantidas apenas pela tradição.

Os(as) participantes também expressaram reflexões críticas sobre os argumentos utilizados para justificar a segregação:

Era super dividido, meninos no futebol e meninas no vôlei. A justificativa era que os meninos vão machucar as meninas... não existe isso de menino é melhor; as meninas têm menos força porque são menos incentivadas... um dos propósitos da escola não é a socialização? (Let 4, homem cisgênero gay, branco).



Este depoimento evidencia consciência crítica sobre os mecanismos de justificação da segregação, identificando o machismo estrutural e questionando a naturalização de diferenças que resultam de socialização diferenciada. A crítica mostra como essa divisão contradiz objetivos fundamentais da escola.

Certos depoimentos expõem como a generificação das práticas pode produzir efeitos psicológicos duradouros:

Eu não chego perto de futebol, perto de bola, eu não tenho paciência para entender futebol, eu tenho preconceito com quem gosta de futebol. Quando eu vejo um gay que gosta de futebol, eu acho estranho, eu sei que tem nada a ver, mas eu acho estranho, parece que eu vejo que o futebol não pode ser vivenciado por gay sabe? Eu não participava das aulas por medo de sofrer homofobia (Let 3, homem cisgênero bissexual, negro).

Esse relato mostra como a associação rígida entre esportes e identidades de gênero deixa marcas profundas. A aversão ao futebol evidencia como normas heteronormativas podem ser internalizadas, levando à autoexclusão e repetição de dinâmicas excludentes.

A generificação das práticas corporais opera como dispositivo de produção e manutenção de normas de gênero, excluindo estudantes LGBTQIA+ e reforçando hierarquias sexistas que limitam a participação e contradizem objetivos educacionais de inclusão. Nesse sentido, os achados corroboram análises que identificam a Educação Física como espaço privilegiado de produção de masculinidades e feminilidades normativas (Altmann et al., 2024; Marques, 2023), o que reforça a necessidade de repensar práticas pedagógicas.

“Corpos invisibilizados e silenciados”: homofobia nas aulas de Educação Física

Esta categoria emergiu dos relatos sobre as múltiplas manifestações da LGBTfobia vivenciadas pelos(as) participantes durante as aulas de Educação Física na educação básica. Os depoimentos mostram um espectro amplo de violências que vão desde comentários aparentemente inocentes até agressões diretas, corroborando dados que

indicam que 90% dos estudantes LGBTI+ sofreram algum tipo de agressão verbal em 2024 (ALIANÇA NACIONAL LGBTI+, 2025).

A LGBTfobia escolar manifesta-se através de múltiplas dimensões: violência verbal (xingamentos, piadas, comentários humilhantes) e linguagem discriminatória que patologiza identidades dissidentes (Gutierrez Sabatel et al., 2024). As narrativas mostram como a heteronormatividade opera pela invisibilização de corpos não conformes:

Já, tinha um garoto que era assumido antes de mim, e todo mundo o chamava de viadinho. Bichona, empurravam ele, e a escola não fazia nada, só uma vez que um menino ganhou advertência porque ele espancou o outro por ser gay, mas essas agressões verbais nunca foram punidas devidamente nas aulas de Educação Física; no basquete era só comigo mesmo; já vi outros professores de outras disciplinas fazer preconceito, chamando de traveco, bichona, viado (Psi 7, homem cisgênero gay, branco).

Sim, já presenciei várias vezes, piadinhas, insultos, nas aulas de Educação Física era ainda mais, eu lembro que chamava os meninos mais afeminados de ah ele é viado, porque que gosta de vôlei, ele é bicha, por isso ele dança olha o jeito que ele joga, parece mulherzinha, como se mulher também não pudesse jogar bem, eu via preconceito e machismo, o professor fazia nada, nada mesmo (Psi 8, homem cisgênero pansexual, negro).

Na escola, por eu ser afeminado, debochavam de mim [...] tinha um rapaz que me prensava na janela e falava “Você não mexe viadinho” [...] Me xingavam de viadinho, manteiga derretida porque eu chorava. Na Educação Física era velado, quando não me escolhiam eu sentia que era porque eu era gay. O professor não fazia nada (Let 6, homem cisgênero gay, branco).

Esses depoimentos expõem diferentes formas de violência homofóbica. Psi 7 mostra como agressões são minimizadas: apenas episódios graves recebem atenção, enquanto ofensas verbais são naturalizadas. A observação de Psi 8 sobre a articulação entre LGBTfobia e machismo demonstra compreensão interseccional dos mecanismos de opressão. Também indicam como termos pejorativos que ridicularizam sensibilidade emocional reforçam cultura masculina hegemônica que rejeita fragilidade. A constatação repetida de que “o professor fazia nada” aponta cumplicidade institucional pelo silêncio.



As narrativas também mostram como diferentes expressões de gênero interferem na vulnerabilidade à violência, produzindo padrões diferenciados de discriminação:

Eu sou gay padrão, então pela sociedade, não sou aquele cara mais afeminado, então eu ainda conseguia passar despercebido, então em relação à minha sexualidade, ninguém sabia naquela época né? Então eu ficava mais quietinho na minha, até a minha mãe resolver contar para a cidade toda, que eu contei pra ela, aí esses amigos que zoavam, os outros se afastaram de mim, não me zoaram, não me bolinaram, mas também não falaram mais comigo. Então eu sofri uma exclusão social, mas opressão mesmo, *bullying*, discriminação, na escola eu não sofri não (Let 2, homem cisgênero gay, pardo, grifo nosso).

A análise interseccional permite compreender como performance de gênero, orientação sexual e classe social operam de forma articulada. Ao relatar que sua mãe “contou para a cidade toda”, Let 2 sugere a vivência em um contexto de cidade pequena ou de comunidade na qual o controle social tende a ser mais intenso. Esse relato indica como a territorialidade e o contexto sociocultural se articulam aos marcadores identitários na produção de vulnerabilidades específicas.

Nesse sentido, “passar despercebido” como heterossexual pode oferecer proteção, mas intensifica a violência do “armário forçado”, obrigando estudantes LGBTQIA+ a esconderem quem são. O isolamento após a descoberta não planejada demonstra como uma aceitação baseada no segredo da identidade sexual constitui uma forma sutil, porém efetiva, de violência institucional.

A performance de feminilidade normativa pode funcionar como estratégia de proteção para pessoas designadas femininas, contrastando com experiências de violência relatadas por homens afeminados. Os mecanismos da LGBTfobia operam diferentemente segundo marcadores de gênero (Miskolci, 2017).

Um aspecto particularmente preocupante revelado pelas narrativas refere-se à reprodução da LGBTfobia dentro da própria comunidade LGBTQIA+ e à violência em espaços específicos da escola:

Porque eu acho que quando a gente pensa em alguém afeminado, por exemplo, a gente releva trejeitos, a gente tem que pensar em todas as circunstâncias, quando a gente, por exemplo, aquele negócio de que eu aceito, por exemplo você, mas porque você não parece gay; você é gay, mas você nem parece. Então, às vezes é essa construção, porque o nosso país é machista, então, querendo ou não, a nossa cabeça gay também é machista (Educa 1, homem cisgênero gay, negro).

Este relato mostra como a LGBTfobia pode ser internalizada. A aceitação condicional (“você nem parece gay”) demonstra como padrões heteronormativos penetram relações entre pessoas LGBTQIA+, estabelecendo categorias de “gays aceitáveis” *versus* “inaceitáveis” segundo capacidade de performar masculinidade hegemônica. Esse fenômeno dialoga com análises que identificam como sistemas de opressão produzem autopolicamento (Miskolci, 2017).

A análise dos depoimentos corrobora que a homofobia nas aulas de Educação Física opera por meio de múltiplos mecanismos articulados: violência verbal sistemática, exclusão territorial de espaços fundamentais, policiamento constante das expressões de gênero, omissão institucional diante das agressões, reprodução ativa da discriminação por docentes, internalização da LGBTfobia por sujeitos marginalizados, e naturalização da violência por meio do silenciamento curricular.

Esses achados dialogam diretamente com as proposições de Butler (2003) acerca da performatividade de gênero e dos mecanismos de normalização, uma vez que as violências relatadas funcionam como dispositivos disciplinares orientados à produção de corpos dóceis e ajustados às normas heterossexuais. A repetição de xingamentos e práticas de exclusão atua como um ato performativo que delimita fronteiras entre corpos considerados legítimos e ilegítimos no espaço escolar, revelando que o poder se exerce por meio da reiteração compulsória de normas que produzem e naturalizam hierarquias.

Persistência e ruptura: LGBTfobia no ensino superior

Esta categoria emergiu das narrativas sobre as experiências de discriminação e exclusão vivenciadas pelos(as) participantes durante sua formação no ensino superior, investigando as continuidades e rupturas em relação às práticas excludentes da educação básica. Para os sete



estudantes do curso de Educação Física, isso incluiu vivências nas disciplinas práticas e reflexões sobre a formação docente; para os 17 estudantes de Letras e Psicologia, focou-se nas experiências gerais de discriminação ou acolhimento no ambiente universitário. Os relatos mostram que, embora se esperasse encontrar um ambiente mais reflexivo nas universidades, persistem práticas discriminatórias. Estudos com estudantes universitários evidenciam que jovens LGBTQIA+ vivenciam processos de homofobia internalizada, discriminação e violências que se estendem desde a educação básica até o ensino superior (Albuquerque; Souza, 2022; Novaes et al., 2024).

Os relatos apontam diferentes manifestações da LGBTfobia no contexto universitário, desde discriminação explícita até formas mais sutis de exclusão e omissão curricular. Um estudo recente demonstra que a persistência da heteronormatividade no ensino superior compromete não apenas a formação acadêmica, mas também a preparação de futuros(as) docentes para lidar com a diversidade (Guimarães et al., 2023). As experiências dos(das) participantes demonstram tanto a reprodução de práticas discriminatórias quanto possibilidades de transformação e resistência:

Eu já presenciei, a ação preconceituosa veio do próprio professor, muitas vezes do próprio professor, mas sempre tem aqueles comentários bobos e preconceituosos dos colegas né? O professor em especial, não estava nem aí, quando não era que fazia, nas outras aulas não tinham isso, só na aula dele, os outros professores nunca permitiram uma coisa dessa (Educa 7, homem cisgênero gay, branco).

Esse relato mostra que práticas discriminatórias permanecem no ensino superior. Alguns docentes reproduzem ativamente discriminações, enquanto outros adotam posturas acolhedoras. Essa diferença revela a falta de políticas institucionais claras. Estudos recentes sobre formação em Educação Física mostram que o curso mantém características conservadoras que fortalecem estereótipos (Santos Neto, 2021).

Os depoimentos também indicam como a universidade pode proporcionar experiências de liberdade e autodescoberta, contrastando com as experiências restritivas da educação básica:

Eu me inscrevi para Jataí para sair de casa, vivenciar tudo isso [...] quando cheguei em Jataí fui começar a descobrir mais sobre minha sexualidade [...] vim me assumir bem no finalzinho do curso [...] havia diversas especulações sobre minha sexualidade, principalmente umas meninas, o objetivo delas foi fazer minha vida um inferno (Educa 2, homem cisgênero gay, pardo).

Esta narrativa mostra como a universidade pode funcionar como espaço de experimentação e autodescoberta, oferecendo possibilidades que foram negadas durante a educação básica. A estratégia de migração para outra cidade expõe a articulação entre marcadores de classe social, regionalidade e orientação sexual. Estudantes LGBTQIA+ com maior disponibilidade de recursos econômicos tendem a buscar contextos urbanos mais amplos para vivenciar suas identidades com maior liberdade, enquanto aqueles sem essa possibilidade permanecem submetidos a controles sociais mais rígidos em cidades de menor porte. Essa dimensão interseccional indica como classe e território produzem experiências diferenciadas de exclusão e de possibilidade. Contudo, o relato também revela que mesmo no ambiente universitário ainda persistem formas de controle e policiamento das identidades sexuais.

Um aspecto particularmente preocupante revelado pelas narrativas refere-se à ausência de abordagens críticas sobre diversidade sexual e de gênero nos currículos de formação:

Durante as aulas eu não tive na abordagem nem nada disso, no entanto, eu acho que foi de propósito com a professora XXX, que colocou texto sobre conteúdos transversais da disciplina de educação física. Foi nesses textos que eu descobri que a homossexualidade era um termo transversal da educação física, que deveria ser lido dentro das aulas de educação física também. Então foi meio que na aprendizagem extra sala de aula que eu acabei aprendendo sobre essas relações (Educa 2, homem cisgênero gay, pardo).

Estes depoimentos evidenciam como a abordagem da diversidade sexual nos currículos ainda é incidental e dependente de iniciativas isoladas. A descoberta de que a homossexualidade era tema transversal por meio de textos extras mostra como esses conteúdos são marginalizados, tratados como apêndices ou curiosidades acadêmicas.



Pesquisas recentes sobre a formação docente em Educação Física apontam que a ausência de debates sobre gênero e sexualidade nos currículos contribui para a reprodução de práticas excludentes. Santos Neto (2021) destaca que a formação voltada à diversidade sexual e de gênero permanece marginalizada nos cursos de licenciatura brasileiros e que, mesmo na Base Nacional Comum Curricular, essas discussões tendem a assumir um viés biologizante, o que resulta em fragilidades tanto na formação inicial quanto na continuada.

Por outro lado, experiências concretas mostram que intervenções pedagógicas bem direcionadas podem ajudar a criar ambientes mais inclusivos. Moura (2017) relata a aplicação de metodologias coeducativas no ensino de futebol em escolas públicas, onde as regras foram adaptadas em conjunto e foram realizadas rodas de conversa para discutir estereótipos de gênero, o que levou a uma participação mais igualitária. Deive, Rocha e Moreira (2020) descrevem um projeto semelhante em um Colégio Universitário, no qual perceberam exclusão baseada na habilidade motora, além de machismo e sexismo. Após isso, foram feitas intervenções com jogos de regras modificadas que incentivaram uma participação mais equitativa. Embora tenha havido tanto receptividade quanto resistência dos alunos, o relato demonstra que discutir relações de gênero durante as aulas é possível e tem um significado pedagógico importante.

De forma complementar, Deive (2024) sistematiza experiências com estudantes de licenciatura da Universidade Federal Fluminense que elaboraram coletivamente atividades coeducativas destinadas à Educação Básica. Vivenciadas em oficinas práticas e discutidas em rodas de conversa, essas propostas foram sendo refinadas, aproximando-se de uma perspectiva coeducativa mais consistente. Tais experiências reforçam que práticas pedagógicas inclusivas demandam formação continuada e políticas institucionais de apoio, assim como currículos que incorporem abordagens interseccionais.

Por fim, Marques (2023) demonstra que a diversificação das modalidades, incorporando práticas menos generificadas, como danças, hip-hop, capoeira, artes marciais/lutas, ginásticas, skate e musculação, favorece uma participação mais equitativa e reduz a ansiedade de

estudantes que historicamente se sentem excluídos das práticas esportivas tradicionais.

Alguns relatos trazem experiências positivas de acolhimento e inclusão no ambiente universitário:

No ensino médio namorei uma mulher e andávamos de mãos dadas. O psicólogo disse: “você não podem andar grudadas assim”, alegando reunião que decidiu isso. Relatei à coordenadora, que confirmou não haver tal reunião [...] eu pedi reunião geral e tive respaldo da instituição, mas fiquei magoado, sentia que não era bem-vinda por ser LGBT (Psi 10, mulher cisgênero bissexual, parda, grifos nossos).

A experiência de Psi 10 ilustra a persistência de profissionais preconceituosos no ambiente universitário, mas também mecanismos institucionais de proteção quando acionados. O apoio da coordenadora demonstra possibilidades concretas de enfrentamento à discriminação, contrastando com a omissão típica da educação básica.

Os depoimentos indicam que o ensino superior é um espaço simultaneamente promissor e contraditório. Se, por um lado, possibilita experimentação, autodescoberta e resistência, muitas vezes ausentes na educação básica, por outro, reproduz discriminações por meio da omissão curricular, de práticas docentes excludentes e do policiamento entre colegas. Esses achados dialogam com Louro (2001), ao evidenciar que instituições educacionais, mesmo quando se pretendem críticas, tendem a reiterar mecanismos de normalização que marginalizam identidades dissidentes. À luz da teoria queer, a universidade emerge como um espaço ambivalente, marcado tanto pela abertura às experimentações identitárias quanto por dispositivos de controle que regulam corpos e sexualidades.

Esses achados corroboram estudos que defendem a urgência de transformar os currículos de formação docente, incorporando abordagens sistemáticas sobre diversidade (Guimarães *et al.*, 2023). A ausência dessas discussões fragiliza a formação e perpetua ciclos de exclusão.

As vivências relatadas destacam ainda a importância de políticas institucionais explícitas de enfrentamento à LGBTfobia, bem como de canais eficazes para resolução de conflitos. Quando há apoio



institucional consistente, cria-se um ambiente mais favorável ao enfrentamento das discriminações e à construção de espaços verdadeiramente inclusivos.

Síntese comparativa dos três eixos de análise

A análise integrada das três categorias temáticas, generificação das práticas corporais, homofobia institucionalizada e permanência no ensino superior, evidencia a existência de um *continuum* de exclusão que atravessa toda a trajetória educacional de estudantes LGBTQIA+. Ao mesmo tempo, revela especificidades que se manifestam de maneira distinta em cada etapa da escolarização.

A generificação das práticas corporais opera como um dispositivo estruturante da exclusão ao instituir, desde a educação básica, territórios segregados que marginalizam corpos que não correspondem às normas socialmente atribuídas à masculinidade e à feminilidade. Essa lógica articula-se à homofobia institucionalizada, uma vez que estudantes que transgridem fronteiras de gênero tornam-se alvos de violências verbais, físicas e simbólicas, frequentemente relativizadas ou silenciadas por docentes e gestores escolares. No ensino superior, embora a generificação explícita das atividades seja menos recorrente, persistem formas sutis de policiamento corporal e, sobretudo, uma omissão curricular que sustenta a heteronormatividade ao excluir debates sobre diversidade sexual e de gênero na formação docente.

Uma abordagem interseccional indica que esses processos de exclusão são atravessados por marcadores como raça, classe, religiosidade e regionalidade. Em escolas confessionais, os controles corporais tendem a ser mais rigorosos; em cidades de pequeno porte, intensificam-se as redes de vigilância social; enquanto estudantes com maior capital econômico, em alguns casos, conseguem acessar contextos urbanos nos quais há maior margem para vivenciar suas identidades com segurança.

Ainda assim, as narrativas revelam continuidades e rupturas significativas. Se, na educação básica, a omissão institucional frente às violências aparece de forma recorrente, no ensino superior coexistem a reprodução de lógicas excludentes e iniciativas concretas de enfrentamento, especialmente quando há políticas institucionais

definidas e docentes comprometidos com abordagens inclusivas. Essas experiências tensionam a ideia de imutabilidade e indicam que transformações são possíveis, desde que acompanhadas por mudanças estruturais nos currículos, na formação docente e nas políticas institucionais de combate à LGBTfobia.

Considerações finais

Os achados desta pesquisa indicam que as aulas de Educação Física, da educação básica ao ensino superior, permanecem orientadas por regras rígidas de gênero e sexualidade, ancoradas em uma lógica heteronormativa que marginaliza e silencia estudantes LGBTQIA+. A análise dos depoimentos evidenciou que a separação por gênero, a homofobia institucional e a ausência de discussões críticas sobre diversidade sexual e de gênero estruturam práticas excludentes que marcam profundamente as trajetórias escolares dos e das participantes. Essas práticas pedagógicas atuam como atos reiterativos que naturalizam normas heterossexuais e cisgêneras, funcionando como tecnologias de poder que hierarquizam corpos e expressões de gênero apresentadas como naturais.

As experiências relatadas mostraram a valorização de práticas associadas à masculinidade, enquanto modalidades socialmente associadas ao feminino eram desqualificadas, acompanhadas por agressões verbais, risos diante da diferença e silêncio docente, expressões de uma homofobia naturalizada que afeta o bem-estar emocional e o sentimento de pertencimento. O silenciamento curricular, longe de ser mera omissão, constitui uma pedagogia ativa que ensina que certas existências dissidentes são impossíveis, dinâmica que se mantém também no ensino superior.

Diante dessa realidade, torna-se urgente reorientar a formação docente em Educação Física, incorporando conteúdos sobre diversidade sexual e de gênero capazes de transformar práticas excludentes. Isso implica romper com lógicas binárias que regulam corpos e práticas, ampliar discussões sobre sexualidade e direitos humanos no currículo. Nesse sentido, a reorientação das aulas de Educação Física demanda metodologias cooperativas em turmas mistas, diversificação de modalidades esportivas, formação docente sistemática sobre diversidade sexual e de gênero e protocolos institucionais de enfrentamento à discriminação.



Esta pesquisa apresenta limitações: foi desenvolvida em uma universidade do interior de Goiás, com participantes de três cursos específicos, o que pode restringir a generalização dos resultados. A análise baseou-se em relatos retrospectivos, sem observações diretas ou a inclusão de docentes e gestores. Estudos futuros podem abranger outras regiões e cursos, incorporar diferentes atores institucionais, investigar práticas pedagógicas inclusivas e aprofundar as experiências de pessoas trans e não binárias.

Referências:

- ALBUQUERQUE, Paloma Pegolo de; SOUZA, Daniel Alberto Assis. “Relembrando os tempos de escola”: a homofobia na perspectiva de estudantes universitários. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 17-29, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.36517/revpsiufc.13.1.2022.2>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- ALTMANN, Helena; AYOUB, Eliana; AMARAL, Sílvia Cristina Franco do. Gênero na prática docente em educação física: “meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos ao jogar?”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 32, n. 1, p. 1-15, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200012>. Acesso em: 15 mar. 2025.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ABGLT). **Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil 2016**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2016/03/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- ALIANÇA NACIONAL LGBTI+. **Pesquisa nacional sobre o bullying no ambiente educacional brasileiro 2024**. Curitiba, PR: IBDSEX, 2025. Disponível em: https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Relatorio_Pes

quisa-Nacional-sobre-o-Bullying Alianca-LGBTI-1.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da Educação Básica 2022**: resumo técnico. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ObservaDH). **Violência contra a população LGBTQIA+ no Brasil**: dados de registros administrativos. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/>. Acesso em: 17 nov. 2025.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1191/1478088706qp0630a>. Acesso em: 8 maio 2024.

BRITZMAN, Deborah P. O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, 1996.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/30887/1/eBook%20-%20Genero%20e%20Sexualidade%20na%20Atualidade.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

DEVIDE, Fabiano Pries. **Coeducação e Educação Física Escolar**: reflexões introdutórias e sistematização de atividades. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. Disponível em:



https://arquivos.pedroejoaoeditores.com.br/wp-content/uploads/2024/06/03164000/EBOOK_Coeducacao-e-Educacao-Fisica-Escolar.pdf.

Acesso em: 10 nov. 2025.

DEVIDE, Fabiano Pries; ROCHA, Cristina Maria da; MOREIRA, Izabela dos Santos. Coeducação e Educação Física escolar: uma ferramenta para abordar as relações de gênero nas práticas corporais. **Cadernos de Formação RBCE**, Brasília, p. 48-60, set. 2020.

EARNSHAW, Valerie A. et al. Stigma-based bullying interventions: a systematic review. **Developmental Review**, [S.l.], v. 56, p. 1-26, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.dr.2018.02.001>. Acesso em: 3 nov. 2024.

ELLIOTT, Kathleen O. Queering student perspectives: gender, sexuality and activism in school. **Sex Education**, [S.l.], v. 16, n. 1, p. 49-62, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14681811.2015.1051178>. Acesso em: 18 ago. 2024.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação de Goiás. **Levantamento situacional da população LGBTQIA+ em Goiás**. Goiânia, 2022.

Disponível em:

https://goias.gov.br/social/wp-content/uploads/sites/24/2023/06/levantamento_populacao_lgbtqia-87d.pdf. Acesso em: 11 ago. 2025.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 79-108.

GREENSPAN, Scott B. et al. LGBTQ+ and ally youths' school athletics perspectives: a mixed-method analysis. **Journal of LGBT Youth**, [S.l.], v. 16, n. 4, p. 403-434, 2019. Disponível em:

<https://doi.org/10.1080/19361653.2019.1595988>. Acesso em: 25 jan. 2025.

GUIMARÃES, Eduardo Barbosa de Menezes et al. Projetos pedagógicos de curso em análise: gênero e sexualidade na formação docente. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 39, e41675, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469841675>. Acesso em: 20 ago. 2025.

GUTIERRES SABATEL, Glenda Macedônia et al. Gênero e sexualidade na educação física escolar: um balanço da produção de artigos científicos no período entre 2004-2014 nas bases do Lilacs e Scielo. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 27, n. 1, p. 1-18, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rpp.v19i1.34159>. Acesso em: 5 abr. 2025.

HALBERSTAM, Jack. **A arte queer do fracasso**. Recife: Cepe, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022**: identificação étnico-racial da população: resultados do universo. Rio de Janeiro: Agência IBGE de Notícias, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>. Acesso em: 12 set. 2024.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MARQUES, Clarice Gonçalves Pires. **Questões de gênero na educação física escolar**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.



MISKOLCI, Richard. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MOURA, Iuri Leal. O futebol como ferramenta na coeducação. **Temas em Educação Física Escolar**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 94-105, jan./jun. 2017.

NOVAES, Edimarcus Carvalho et al. Vivências de juventudes LGBTQIAPN+ no ensino superior: entre marcadores sociais de diferença e violências de gênero. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 49, n. 3, p. 1726-1743, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ia.v49i3.80696>. Acesso em: 20 maio 2025.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. **Relatório de violência contra LGBTQIA+ no Brasil 2018-2021**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Direitos Humanos, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Global Education Monitoring Report 2022: non-state actors in education: who chooses? Who loses?** Paris: Unesco, 2022.

SANTOS, Jean Jesus; CERQUEIRA-SANTOS, Elder. Homofobia e escola: uma revisão sistematizada da literatura. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 20, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20iesp1.e8734>. Acesso em: 30 out. 2024.

SANTOS NETO, João Tomaz dos. Diversidade sexual e de gênero no currículo escolar e na formação docente: desafios e práticas de respeito. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 52, n. 3, p. 111-132, nov. 2021/fev. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.36517/rcs.52.3.d05>. Acesso em: 30 nov. 2024.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 19-54, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100003>. Acesso em: 23 jan. 2024.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 9-20, jan. 2004.

TOOMEY, Russell B.; RUSSELL, Stephen T. The role of sexual orientation in school-based victimization: a meta-analysis. **Youth & Society**, [S.l.], v. 48, n. 2, p. 176-201, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0044118X13483778>. Acesso em: 14 jan. 2025.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>. Acesso em: 13 dez. 2024.

LGBTQIA+ experiences in Physical Education: from primary and secondary education to higher education

ABSTRACT. This study aimed to analyze the experiences of LGBTQIA+ students in Physical Education classes and the ways in which heteronormativity manifests itself in these contexts, from basic education through higher education. A qualitative interpretive study was conducted with 24 LGBTQIA+ students from Federal University of Jataí, enrolled in Psychology, Physical Education, and Language and Literature programs. Data were collected through individual semi-structured interviews conducted via Google Meet, and the analysis followed the thematic analysis procedures proposed by Braun and Clarke. The results revealed three central dimensions of exclusion: the gendering of bodily practices, institutionalized homophobia, and the persistence of discrimination in higher education. The study concludes that Physical Education operates within an exclusionary heteronormative framework that marginalizes, silences, and excludes LGBTQIA+ students. Inclusive



pedagogical practices, systematic discussions on sexual and gender diversity in curricula, and structural transformations in teacher education are urgently needed to ensure democratic educational environments that respect diversity.

KEYWORDS: Physical Education. LGBTQIA+ Students. Heteronormativity.

Deivid Leôncio GOMES DA COSTA

Doutorando em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e mestre em Educação pela Universidade Federal de Jataí (UFJ). Professor dos cursos de Educação Física da UFJ. Pesquisador nas áreas de corpo, educação física, gênero e sexualidade. Email: deividleoncio@ufj.edu.br

Vivianne OLIVEIRA GOMES

Doutora em Ciências da Atividade Física e do Esporte pela Universidad de Castilla-La Mancha (UCLM-Espanha). Docente dos cursos de Educação Física da UFJ e dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Psicologia (UFJ). Email: vivianneoliveira@ufj.edu.br

Recebido em: 10/10/2025

Aprovado em: 19/01/2026